

## **“Boom or bust?": uma visão pessoal das políticas de ciência e o ensino superior em Portugal**

Luís Oliveira e Silva

Instituto Superior Técnico, Lisboa, Portugal

Junho 2015

Acompanhei os últimos 25 anos de política científica e de ensino superior. O que faço hoje é o resultado direto dessas políticas, dos seus sucessos, das expectativas criadas, dos sonhos que muitos aspiraram concretizar, mas também das limitações do contexto nacional, dos caminhos que, em algumas situações, receamos colectivamente percorrer, e das mudanças que ainda não conseguimos incorporar ou implementar. Com base em apontamentos necessariamente pessoais, descrevo alguns dos pontos principais dessas políticas e das aspirações que os avanços acelerados dos últimos 25 anos criaram na comunidade científica e académica.

Ingressei no Técnico em 1987, em plena explosão do Ensino Superior e integração acelerada na União Europeia, na então recém-criada Licenciatura em Engenharia Física Tecnológica. O curso era já organizado nos moldes do que seriam os padrões da reforma de Bolonha, com uma forte componente experimental, interdisciplinar e de projeto, e grande flexibilidade de percursos. Desenhado por um conjunto de professores regressados a Portugal nos dez anos anteriores, em que se incluíam José Mariano Gago, Carlos Matos Ferreira e Jorge Dias de Deus, já todos com ligações a instituições internacionais. Desde muito cedo fomentava-se a integração dos alunos na investigação dos centros. No princípio dos anos 90, ainda como aluno de licenciatura, fui bolseiro de iniciação à investigação do INIC e logo depois da JNICT, na transição associada à extinção dos centros do ex-INIC. Ainda durante a licenciatura fiz um estágio numa organização internacional de investigação, Joint European Torus, no âmbito do programa europeu de Fusão Nuclear a que Portugal tinha aderido recentemente, tal como muitos outros alunos que realizaram estágios nas organizações científicas internacionais a que Portugal tinha recentemente aderido. Muitos dos meus colegas iniciaram também a sua experiência de investigação logo nessa fase dos estudos. O resultado desta integração do ensino com a investigação, aparentemente precoce mas comum nos Estados Unidos, foi, por um lado, um aumento do número de alunos interessados em fazer investigação científica e, por outro lado, e para os que não seguiram esse percurso, uma apreciação e valorização do papel social, cultural e económico da ciência.

Fiz o doutoramento em Portugal entre 1992 e 1997. As condições eram qualitativamente distintas das que encontramos hoje, apesar do ambiente científico único criado pelo fundador do Grupo de Lasers e Plasmas, José Tito Mendonça; os recursos humanos e materiais eram reduzidos, e a relevância internacional era exclusivamente individual e sem qualquer “spillover” institucional mas já se sentia uma aceleração da atividade científica e o clima era muito optimista.

Realizei o pós-doutoramento nos Estados Unidos, com uma bolsa da FCT. A generalização das bolsas individuais da FCT foi um instrumento fundamental

para acelerar a internacionalização da ciência portuguesa, a criação e a integração de redes informais envolvendo os líderes académicos e científicos, e a incorporação acelerada dos valores, da cultura e das boas práticas das instituições que ambicionamos ter em Portugal. Por exemplo, nas duas primeiras reuniões da Portuguese-American Post Graduates Society (PAPS), em 1999 (MIT) e 2000 (UC Berkeley), participaram mais de 100 portugueses a investigar nas melhores instituições dos Estados Unidos. Analisando o percurso dos presentes nessas reuniões, muitos destes investigadores continuam fora do País, mas, em geral, com ligações aos investigadores e instituições nacionais. Outras regressaram a Portugal, depois de percursos muito diversos, e começam agora a ocupar posições de liderança nas suas instituições científicas e universitárias. É já evidente a alteração de práticas em muitas instituições fruto da existência de um conjunto apreciável de investigadores e docentes que foram expostos a realidades académicas distintas da nacional.

Regressei a Portugal em 2001 e construí a minha equipa, inicialmente exclusivamente com financiamento de projetos da FCT. Esta transição para Portugal só se tornou possível porque o sistema de avaliação dos projetos submetidos à FCT se internacionalizou: ao quebrar as lógicas de poder internas que teriam condenado um professor auxiliar em início de carreira a exclusivamente apresentar projetos de investigação com um investigador sénior e já estabelecido em Portugal, promoveu a independência científica e permitiu o lançamento de novas equipas de investigação. A minha mudança foi também catalisada por uma conversa na reunião da PAPS em Berkeley, com Luís Magalhães, na altura presidente da FCT, e que tinha sido meu professor no Técnico. Transmiti-lhe que pretendia regressar e que tinha submetido vários projetos à FCT, ao que me respondeu “Eu sei. E estamos a pensar em mecanismos para fomentar transições equivalentes” que interpretei como “We care!”.

Aproveitando a sustentação e a base garantida pelo financiamento da FCT em bolsas individuais e projetos, e posteriormente pelos contratos de longo prazo com os centros de investigação, foi possível criar massa crítica e estabilizar equipas. Essa diversificação das fontes de financiamento, com uma componente cada vez mais internacional, só foi possível pela existência de perspectivas plurianuais que permitiram planificação de médio prazo e, em algumas situações, o estabelecimento de posições de investigação. Os percursos científicos dos investigadores e dos técnicos de investigação também se tornaram mais diversos e cosmopolitas. O número de investigadores internacionais, primeiro pós-docs e um pouco mais tarde estudantes de doutoramento, também começou a aumentar apreciavelmente.

Neste período “experimentei” alterações qualitativas e estruturais muito significativas. As agendas dos investigadores individuais, dos grupos e dos centros, assim como os principais interlocutores, tornaram-se mais ambiciosos e as referências quase exclusivamente internacionais, quebrando-se o ciclo vicioso do isolamento e da ausência de massa crítica. A competição tornou-se global. Algumas alterações, aparentemente cirúrgicas, modificaram a forma de pensar a ciência em Portugal e a sua organização.

A avaliação das unidades de investigação teve aqui um papel crítico: obrigou à reflexão das unidades e, também, como resultado do processo, a reestruturações

e mudanças estratégicas importantes. A introdução de “External Advisory Panels”, que é um passo importante na consolidação da “governance” das instituições científicas, teve um sucesso limitado: o processo não foi devidamente aprofundado revelando alguma imaturidade institucional.

Esta constante exposição aos padrões internacionais também tornou todo o sistema científico mais exigente, perante as instituições financiadoras e perante os decisores políticos. Observou-se um aumento do que pode ser, talvez de forma abusiva, designado por cidadania científica i.e. a intervenção dos cientistas perante a sociedade em geral, nas instituições do tecido científico e de ensino superior, nas decisões estratégicas do país e no poder político. Esta intervenção continua a ter um carácter individual, e não é estruturada em torno das sociedades científicas, das academias ou das organizações profissionais de cientistas como noutros países, mas tornou-se mais frequente.

Como professor universitário, integrado num departamento com um forte componente de investigação, a vivência académica e universitária fez-se quase exclusivamente no âmbito do centro de investigação. O choque com a crua realidade universitária ocorreu nos concursos para a carreira de docente universitário. Estes processos revelaram (e continuam a demonstrar) a fragilidade do sistema universitário português. Embora neste período se tenha observado uma revisão positiva do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), as alterações introduzidas ficaram aquém do que muitos ambicionavam e que são fundamentais para que as instituições possam gerir os seus recursos humanos de forma moderna. Ao contrário do que são as melhores práticas em instituições e organizações “know how intensive” não existe uma distinção entre promoção e recrutamento. O conceito de “tenure” está agora explicitado, indiciando a existência de uma verdadeira “tenure track”, mas não foi, de facto, totalmente implementado: neste modelo existe garantia de progressão por mérito absoluto após a concessão de “tenure” ou da contratação por tempo indeterminado. Esta limitação significa que a pirâmide universitária das categorias dos professores continua a ser a inversa dos melhores exemplos internacionais. Nas melhores universidades internacionais, o número de professores catedráticos é superior ao número de professores associados (que por sua vez é superior ao número de professores auxiliares): em Portugal o cenário inverso não promove a colegialidade e facilita comportamentos feudais. É possível argumentar que as universidades portuguesas não estão ainda preparadas para este modelo, como evidenciado pela percentagem diminuta de professores que não conseguem um contrato por tempo indeterminado, revelando incapacidade interna de seleção e de implementação plena do modelo “tenure track”. No entanto, só a transição rápida para este modelo poderá garantir que as universidades portuguesas consigam atrair e manter os seus melhores professores. Estes anacronismos continuam a ser uma fonte muito importante de tensões e uma limitação muito forte a uma gestão moderna dos recursos humanos nas universidades e noutras instituições científicas nacionais.

Nas minhas funções mais recentes no Conselho Científico do Técnico, desde 2013, passei a ser confrontado, quase diariamente com mudanças e alterações legislativas que, em muitas casos, representam um forte peso burocrático sobre as instituições e sobre as pessoas e que condicionam negativamente a ação e o potencial impacto das instituições.

A autonomia universitária continua por cumprir. Muitas das limitações e dos problemas de gestão nas universidades são consequência direta da (ausência de real) autonomia universitária, e da interpretação volátil deste princípio por sucessivos governos.

O novo RJIES trouxe a promessa de maior autonomia (e responsabilização) via o modelo fundacional. No entanto, numa demonstração de atavismo ideológico, conservadorismo e resistência à mudança, que não imaginava possível entre professores e dirigentes universitários, muitas universidades e escolas, incluindo o Técnico, por livre determinação dos seus professores, recusaram a opção fundacional que, no modelo existente do RJIES, é a única via para a autonomia universitária. A crise económica e as restrições resultantes das políticas adoptadas impediram que as universidades neste modelo pudessem funcionar nos moldes previstos mas é evidente que só as instituições com autonomia e flexibilidade podem providenciar aos seus alunos, professores, funcionários, e à sociedade em geral, as mesmas experiências académicas, serviços e resultados que as instituições de referência oferecem noutros países com que nos pretendemos comparar.

Por imposição do RJIES, quebraram-se em parte poderes instalados e os centros de investigação passaram a participar, de forma estruturada, na gestão científica das instituições universitárias e o papel da investigação nas universidades ganhou alguma centralidade. Algumas das boas práticas dos centros de investigação começaram a ser assimiladas pelas universidades mas o processo tem sido significativamente mais lento do que seria expectável talvez também como resultado do dramático envelhecimento do corpo docente das universidades que a redução do financiamento das universidades só extremou.

Nos últimos 25 anos a ciência e, em menos escala o ensino superior, sofreram um verdadeiro “boom” quantitativo e qualitativo; as políticas recentes indiciam que este “boom is going bust”. Recordo o meu início de carreira científica, as condições e as oportunidades que me foram proporcionadas (e que reconheço eram já excepcionais para o contexto nacional); a distância para o cenário atual é abismal. Os padrões, o ambiente científico, a qualidade do trabalho, o enquadramento dos jovens cientistas e a própria cultura das organizações que enquadram a atividade científica são qualitativamente muito superiores. Neste momento, e apesar do desencanto e da incerteza com que a crise atual contaminou até as instituições mais optimistas e energéticas, as expectativas que existem na sociedade portuguesa relativamente à ciência são demasiado elevadas, e o anterior investimento demasiado forte, para assumirmos que não existem alternativas a “going bust”.

Os desafios para as políticas para os próximos 25 anos são significativos. Em primeiro lugar, a ciência e o ensino superior continuam a estar sub-financiados. Este facto é evidente quando comparamos o financiamento público e privado das nossas melhores instituições ou grupos de investigação com os equivalentes noutros países na Europa ou nos Estados Unidos. Outros países europeus estão a fazer uma forte aposta nas suas instituições universitárias e de investigação, e nos seus cientistas. Existe um perigo real de, a curto prazo, as nossas instituições se tornarem irrelevantes à escala europeia e assistirmos a um êxodo ainda mais acelerado dos nossos alunos, dos nossos cientistas e professores para fora do

país sem o correspondente fluxo inverso de pessoas. O enquadramento das pessoas e das suas carreiras continua também em aberto. Não é expectável poder continuar a consolidar instituições sem simultaneamente enquadrar as pessoas. Para esse efeito, é fundamental que, numa perspectiva de médio prazo, quer ao nível das universidades quer nas outras instituições do sistema científico e tecnológico público e privado, as expectativas de evolução profissional das pessoas que detêm o “know how” e que fazem as instituições sejam claras e bem definidas. Finalmente, é necessário acelerar a percolação dos valores culturais e dos resultados da ciência para a economia e para a sociedade em geral, assim como na tomada de decisão, nomeadamente em todas as dimensões da administração e das políticas públicas.

Os desafios que se colocam à ciência e ao ensino superior em Portugal nos próximos anos são importantes. A globalização das pessoas na ciência e no ensino superior sempre foi natural mas, neste momento, a competição entre instituições é também global. O desafio central será garantir as condições para que seja possível construir e/ou consolidar instituições em Portugal com relevância neste contexto muito internacionalizado e fortemente competitivo. A alternativa seria assumir que o modelo de desenvolvimento do país não inclui a ciência e pelo ensino superior.

Perante o salto quântico que as políticas consistentes dos últimos 25 anos promoveram, parece-me portanto inevitável que devemos também dar aos futuros alunos, aos futuros cientistas e à sociedade portuguesa a oportunidade de aprenderem, investigarem, criarem e usufruírem do conhecimento científico num contexto cada vez mais favorável e enriquecedor.